

A INDISCIPLINA ESCOLAR A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE ALUNOS DA GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA DA IERGS- UNIASSELVI

André Ricardo Gonçalves Dias

Patrícia Cesário Pereira Official

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Licenciatura em Pedagogia (PED0099) – Trabalho de Graduação
23/05/13

RESUMO

Este trabalho investiga a indisciplina escolar a partir da perspectiva de alunos da Graduação de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EAD da Uniasselvi, Polo IERGS, Porto Alegre. Esses alunos, em sua vida profissional, são docentes em instituições públicas e privadas, lecionando para crianças e adolescentes que frequentam a educação infantil e o ensino fundamental. Para fundamentar a investigação, recorreu-se às contribuições de autores como: Piaget (1977), Foucault (1997) entre outros. Inicialmente, para abordar a temática, algumas indagações foram feitas aos depoentes, sobre a indisciplina escolar. Os participantes sujeitaram-se a três situações vivenciais. Inicialmente frente aos dilemas de que precisam posicionar-se. A partir de suas respostas, passa-se para a análise das mesmas, tentando apreender o seu raciocínio moral sobre as questões da indisciplina escolar. Dos resultados das análises, é possível perceber avanços em relação ao papel da disciplina para a formação de uma consciência autônoma, em busca de uma autodisciplina. Os resultados apontam para a necessidade da educação atentar-se para a construção de valores.

Palavras-chave: Indisciplina escolar. Consciência moral. Formação de professores.

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste artigo não é novo. Nem ao menos é um tema inerente ao mundo da escola. A indisciplina, num certo aspecto, faz-se marcada no universo escolar porque este universo chamado escola é um sistema aberto e em interação com a sociedade que acolhe, e vem ganhando evidência nas discussões acadêmicas e sociais. Portanto, por um lado, o tema é um fenômeno da sociedade, com suas contradições, tensões e desequilíbrios. Por outro, é um fenômeno essencialmente

escolar. Principalmente porque é no mundo escolar que ela toma um significado muito próprio, que diz respeito à construção do conhecimento.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo é investigar a indisciplina escolar a partir da perspectiva de alunos de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, modalidade EAD da Uniasselvi, Polo IERGS, no município de Porto Alegre, RS.

Para auxiliar a investigação, recorreu-se a teoria da epistemologia genética de Piaget principalmente aos estudos sobre juízo moral e as contribuições de Kohlberg. Mas também se faz referência a outros autores que, ao longo da história da educação, já lançaram reflexões significativas para a compreensão do tema. Entre eles apontam-se Durkheim, Foucault, Chauí, entre outros.

Se olharmos para a história da educação, veremos que a preocupação com a indisciplina é recorrente. Em Platão, por exemplo, nos textos de “Protágoras” ou as “Leis”. E se lermos as “Confissões” de Santo Agostinho, encontraremos o seu depoimento entristecido sobre a indisciplina dos jovens que perturbavam “a ordem instituída para seu próprio bem”.

Elaboramos nossos estudos com empréstimos de outras áreas de conhecimento, e como se pode perceber, o tema é extremamente importante e vem de longa data. No entanto, para ampliar estudos sobre a indisciplina, convém entender um pouco sobre o que vem a ser disciplina, qual a sua preocupação.

Apontamos inicialmente disciplina sob o enfoque de alguns autores, como Decroly e Monchamp (1925) em que a manutenção da disciplina não exclui as sanções, mas a criança submete-se a elas mais facilmente, porquanto contribui para a elaboração das regras e se sente responsável pela sua preservação. Portanto, é função da disciplina organizar e favorecer confiança e atribuir responsabilidades pela escolha das ocupações e pela colaboração ativa das crianças no trabalho de sala de aula e fora dela, mas não deve mostrar-se “fraco nem fechar os olhos”. (DECROLY; MONCHAMP, 1925, p. 11-12).

Na educação como prática da liberdade, a conquista da autonomia pautada na disciplina é pré-condição para educação. Na obra de Maria Montessori (1959), o

tema disciplina é frequentemente abordado. Disciplina que não poderá nunca obter-se por ordens e sermões, mas resulta do respeito pelas leis naturais e pelos princípios de trabalho e de liberdade. Assim, “(...) disciplina não é um fim mas um caminho que permitirá à criança saborear as alegrias da ordem interior, atingidas graças a conquistas sucessivas” (MONTESSORI, 1958, p. 39).

A disciplina na educação socialista possui o fundamento ético-político, surgido após o triunfo da Revolução de 1917. A disciplina educativa insere-se no quadro da ação social coletiva e é a sua resultante natural. O sistema de sanções assume um carácter simultaneamente moral e social, alimentando-se da influência do grupo organizado sobre o indivíduo.

Para Lenine (1977, p. 35), “educar-se exige colocar o seu trabalho e a sua inteligência ao serviço de uma causa comum”. Assim, a vida coletiva exige organização e disciplina e esta deve manifestar-se em todos os aspectos. Nela se regulam os problemas administrativos e pedagógicos, se estabelecem regras e determinam prêmios e punições. As boas relações entre os professores e os alunos são a chave da harmonia educativa que deve contribuir para a formação do espírito de coletividade.

Desta incursão rápida pelos movimentos pedagógicos descritos por alguns dos mais importantes educadores, ressalta-se bem a evolução do conceito de disciplina, de uma disciplina inicialmente imposta para uma disciplina consentida e para a autodisciplina.

Já num período bem mais recente, apresento as contribuições de Michael Foucault, em que o autor apresenta em sua obra Vigiar e Punir, a genealogia da disciplina, não através da história de cada uma das instituições disciplinares, mas sim, procurando detectar “as pequenas astúcias

dotadas de grande poder de difusão, os arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, (...) que procuram coerções sem grandeza” (FOUCAULT, 1997, p. 128), e que, entretanto, foram se espalhando pelo corpo social e tomando o papel central de poder e de dominação, em lugar das relações claramente escravagistas ou punitivas, principalmente a partir dos séculos XVII e XVIII.

Por fim, procuro identificar através das respostas obtidas pelos alunos-professores entrevistados, o nível de juízo moral presente em suas respostas, uma vez que, quando no nível de autonomia moral, há condição ideal para o estabelecimento da autodisciplina, permitindo ao aluno e envolvidos progressiva tomada de consciência dos seus valores e limites pessoais, a tomada de decisão após ponderação de alternativas, a afirmação dos seus valores pessoais, a tomada de decisão após ponderadas alternativas, ou seja, que seja capaz de assumir e coordenar pontos de vista divergentes (PIAGET, 1977).

2 O PODER DISCIPLINADOR

Para Foucault, a disciplina é definida como um conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1997, p. 126). Ou, ainda, como “técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas”, que teriam como características próprias, diferenciadora de qualquer outro sistema de poder, a utilização de três critérios:

- a) tornar o exercício do poder o menos custoso possível; b) fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível; e, c) fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema. (FOUCAULT, 1997, p. 191)

A disciplina, nestes termos, não se identifica com uma instituição ou aparelho em especial. Ela é mais um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, níveis de aplicação, alvos. Por isso, Foucault a classifica como “uma ‘física’, uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia”. (FOUCAULT, 1997, p. 189).

Para o autor, a escola teve um papel importante como local de desenvolvimento destes pequenos procedimentos que foram, aos poucos, dando forma a este método geral de controle que incidia sobre os corpos dos indivíduos. Foucault (1997) mostra que a disciplina como método de exercício de poder, como uma anatomia política do detalhe, não surge de forma súbita. Ela se desenvolve e se espalha, se imita, se repete a partir dos internatos, depois nas escolas primárias, invade o espaço hospitalar, toma os quartéis e prisões e chega às fábricas.

2.1 A AUTONOMIA MORAL

Para Piaget (1977), a moral prescrita ao indivíduo pela sociedade não é homogênea, porque a mesma sociedade não é uma coisa única. A sociedade é um conjunto das relações sociais. Porém, entre estas, podemos distinguir dois tipos extremos: as relações de pressão, nas quais o próprio é impor ao indivíduo, desde fora, um sistema de regras de conteúdo obrigatório. Há também uma relação de cooperação, cuja essência é fazer nascer, no interior da mente, a consciência de normas ideais que controlam todas as regras.

O que este autor demonstra através de seus estudos, é que os dois tipos de relações sociais geram, também, dois tipos de moral nas crianças e adultos: a moral da pressão e a moral da cooperação, ligadas, por sua vez, a duas formas de consciência das regras sociais, a heteronímia (que significa ser governado por outrem) e a autonomia (que significa ser governado por si próprio).

O que Piaget demonstra, em sua pesquisa com crianças de 6 a 14 anos, é a evolução da noção de moralidade da heteronímia para uma progressiva autonomia, o que também deveria ser o principal objetivo da educação.

A teoria piagetianas assim professa: “(...) as crianças adquirem valores morais não absorvendo-os do meio ambiente, mas construindo-os do seu próprio interior, através da interação com outras pessoas”. (KAMII, 2008, p. 74).

Para a visão construtivista, se as crianças coordenarem pontos de vista, ou relações, elas desenvolverão sua inteligência naturalmente e esse desenvolvimento leva à autonomia. Portanto, as crianças nascem dependentes e heterônomas, mas tendem a ser cada vez mais autônomas à medida que crescem. Mas o que se constata é que mesmo os adultos, não atingem o grau de autonomia ideal e neste sentido, seriam raros os adultos que têm verdadeiramente moral.

A questão da indisciplina, portanto, passa necessariamente pelo aspecto da moralidade. O que pode ser considerado indisciplina poderia ser considerado apenas um aspecto de uma questão maior. Pode-se constatar muita confusão sobre esse assunto. Na escola, as crianças e os jovens são frequentemente desencorajados a pensarem autonomamente. O professor se apresenta como detentor do conhecimento absoluto e suas notas e correções só sancionam as verdades já previamente estabelecidas. Isto traz consequências do ponto de vista moral e intelectual. “Já no primeiro ano, as crianças aprendem a não confiarem em sua maneira de pensar. As crianças que não são incentivadas a pensar autonomamente formarão menos conhecimento do que aquelas que são mentalmente ativas e confiantes”. (KAMII, 2008, p. 76).

Para entender a indisciplina escolar,

precisamos entender a moral humana. E para entender a moral humana é necessário que se compreenda que a moral prescrita ao indivíduo pela sociedade não é homogênea, porque a sociedade não é uma coisa única. Se a sociedade é o conjunto das relações sociais, precisamos estar atentos quando dizemos que uma criança não tem disciplina, ou que uma sala é de alunos indisciplinados ou mesmo uma escola. Precisamos, antes, descobrir o que a própria criança envolvida pensa a respeito. Estabelecer uma norma absoluta e querer que se cumpra, sem questionamento, ou seja, o seu juízo moral ou raciocínio moral. Afinal, apenas porque um adulto criou uma norma, não significa que ela seja justa, e optarmos sempre por essa, seria uma educação pautada na heteronomia.

3 METODOLOGIA

A visualização desse estudo ocorreu pelas impressões dos próprios alunos-professores depoentes, evidenciando ou não contradições em suas falas e ações sobre a questão indisciplinar escolar. Para isso foi construído um instrumento que aponta perguntas e situações vivenciais em que os depoentes precisam colocar-se no papel dos personagens envolvidos para respondê-las. É no cruzamento das respostas desses instrumentos que se pretende buscar a compreensão de como lidam com as questões de indisciplina escolar, como abordam os limites em sala de aula, como veem a pertinência da temática em sala de aula e mesmo se a indisciplina pode contribuir ou não com os problemas de aprendizagem dos alunos. O instrumento constitui um questionário com cinco questões: o entendimento de indisciplina; as questões de indisciplina na escola; os limites em sala de aula; enquanto aluno de graduação e pós-graduação, como se vê em relação ao tema em sala de aula; a contribuição da indisciplina para os problemas de aprendizagem. Outra parte do instrumento constitui duas situações problemas que se caracterizam por pequenas

histórias em que o leitor precisará se colocar no lugar dos personagens para responder as questões colocadas.

O instrumento apresenta duas situações vivenciais em que será necessário que o depoente posicione o seu ponto de vista, expressando sua resposta com um SIM ou um NÃO e justificando-a, conforme pede. O propósito deste exercício é focalizar o desenvolvimento de situações de valores no convívio escolar a partir da noção de conflito cognitivo, utilizando as técnicas de “situação”, no que diz respeito aos conceitos de disciplina e indisciplina.

Situação 1: A professora substituta

Em uma turma do Ensino Fundamental, com 35 alunos, a professora titular ausentou-se por motivos de saúde, segundo informações. Nessa turma, existem vários alunos com problemas em sua aprendizagem, segundo informaram. Em uma semana de aula apenas, conseguiu perceber que os alunos que apresentaram dificuldades, demonstraram também desinteresse, desatenção, irresponsabilidade e agressividade. Essa professora substituta vem enfrentando dificuldades em “segurar” a turma, está sem “controle” dos alunos. Segundo ela, “se deixar, eles tomam conta”: apresentam dificuldades em prestar atenção, movimentam-se pela sala sem autorização, interrompem os colegas e a professora. Segundo a fala da professora, “essa é a turma mais indisciplinada que já trabalhei”.

Situação 2: Os três alunos

Numa turma de 28 alunos do Ensino Fundamental, três alunos apresentam características distintas dos demais, sendo necessário o chamamento dos pais à escola, constantemente. No documento registrado pela professora, o motivo para a presença urgente dos pais é a indisciplina provocada por esses alunos. Segundo ela, os alunos citados apresentam condutas que não são

adequadas para o bom andamento das aulas, como: esquecer o material e utilizar dos colegas. Não costumam pedir licença ou, quando pedem, é em tom de ameaça. Não entregam os trabalhos ou quando o fazem é fora dos prazos estipulados. Não costumam usar uniforme, brigam na sala de aula, corredores, banheiros e pátio da escola. Comem sem permissão e muitas vezes humilham os colegas mais tímidos. Os problemas de aprendizagem ultrapassam os limites suportáveis. Para a professora, a vinda dos pais é uma prioridade.

A ideia original é extraída do material Dilema de Vida de Lawrence Kohlberg (1976), psicólogo americano que estudou a consciência moral de jovens a partir da perspectiva piagetiana. Para obtenção de dados, foram escolhidos aleatoriamente alunos do curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional do IERGS, que como profissionais, desempenham a função de professores de crianças e adolescentes. Como caracterização desses alunos, a totalidade das respostas foi feita pelo sexo feminino. Dos instrumentos respondidos, 10% apresentaram os seguintes dados: três pedagogas, uma professora de Educação Física, uma professora de História, uma professora de Letras Literatura. Quanto à função exercida, o universo docente foi bastante amplo, indo da alfabetização ao terceiro ano do Ensino Médio. Destaca-se ainda, que duas professoras atuam com adolescentes em conflito com a lei internados na Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE, do Estado do Rio Grande do Sul, na função de monitoras.

Ao analisar os resultados, faz-se necessário apontar as respostas obtidas. Nelas, é possível perceber o entendimento que os professores fazem a respeito de disciplina. A partir daí, pode-se chegar mais facilmente ao conceito de indisciplina. Cabe aqui abordar que muitas das respostas obtidas destacam linhas teóricas divergentes que são justamente as posições educacionais

presentes em nossas escolas, quais sejam, a corrente positivista, representada por Durkheim, a corrente liberal, representada por Dewey e a corrente crítica da educação, representada pelos reprodutivistas Althusser, Bordieu & Passeron e seus seguidores ou críticos. É importante destacar esse aspecto uma vez que "(...) todos os atos educativos estão impregnados de teoria, algumas não imaginadas pelos seus realizadores, inculcadas pela tradição, pelas leis, pelas formas escolares, pela pressão das famílias e colegas de profissão e assim por diante". (OTT, 1983, p. 5).

Portanto, torna-se evidente que um dos problemas fundamentais do ensino está no fato do professor não possuir um entendimento claro sobre conceitos importantes como o da disciplina/indisciplina. O que fica a cargo da subjetividade na maioria das vezes. O que é indisciplina em determinado momento, não o é em outros. Isso parece demonstrar que o professor, na maioria das vezes, também não tem uma visão crítica, não apenas de seu desempenho, mas do porquê de seu desempenho em relação ao comportamento do aluno. De não fazer o trânsito teoria-prática, e, ainda mais, de não refletir nem sobre a teoria nem sobre a prática que favorece um ato de "indisciplinamento".

De origem latina e tendo a mesma raiz de discípulo, o termo disciplina é marcado pela sua polissemia. Se consultarmos um dicionário, verificamos que o termo, além de designar um ramo do conhecimento ou matéria de estudo, tem assumido ao longo dos tempos diferentes significações: punição; dor; instrumento de punição; direção moral; regra de conduta para fazer reinar a ordem numa coletividade; obediência a essa regra. Para a maioria, segundo Estrela (1994), o conceito de disciplina tornou-se negativo, uma vez que essas conotações evocam regras e a ordem delas decorrente, como as sanções ligadas aos desvios e o conseqüente sofrimento que elas originam.

Para essa autora, o conceito de indisciplina relaciona-se intimamente com o de disciplina e tende normalmente a ser definido pela sua negação, privação ou pela desordem proveniente da quebra das regras estabelecidas.

A professora A, pedagoga, ilustra esse conceito com a expressão: "*O dever do aluno é sempre respeitar o professor, os colegas e si próprio. Quando isso não é possível, cria-se um ambiente para a indisciplina*".

Em resposta de uma professora, percebe-se a necessidade do entendimento do ato pedagógico, antes de considerar uma ação como indisciplina. Para ela, é possível notar outras variáveis antes de construir o conceito de indisciplinados. A resposta foi obtida ao analisar a Situação 1 – A Professora Substituta. É importante ressaltar que a depoente não descarta a possibilidade de indisciplina totalmente, como a expressão sim e não:

"*Sim e não. O planejamento inadequado aos interesses dos alunos deveria ser proposto algo do interesse deles*". (Professora D, pedagoga em Orientação Educacional).

Em outra resposta, a professora D conclui: "(...) *comportamento não esperado de acordo com os padrões*". Nessa resposta, a professora classifica como indisciplinados, os alunos da Situação 2.

De um modo geral, há uma divisão muito nítida entre as respostas dos professores entrevistados. Por um lado, há os que acreditam que a sociedade é a responsável pelo desequilíbrio que está acontecendo nas relações humanas e isso reflete em sala de aula. Diz a professora F, professora de Português e Literatura: "*O aluno já chega na escola desestimulado, a grande maioria sem família, desestruturada. Nunca tiveram noção de limites e disciplina, juntam-se formando a maioria*".

Segue, por outro lado, uma percepção de que alguma coisa está errada ou que precisa ser revista. Há um entendimento de que, mesmo não havendo consenso do que venha a ser indisciplina, os alunos precisam de limites para suas condutas em sala de aula. Quer devido a um desequilíbrio social, como aponta a resposta da professora acima, quer por um acontecimento comum típico do universo escolar. Na resposta da professora B, profissional de Educação Física, “(...) a professora da Situação 1 – A Professora Substituta está diante de uma turma que quer limites, somente, e alguns alunos que necessitam acompanhamento pedagógico”.

Em outra resposta, agora na Situação 2 – Os três alunos, assim, comentam: “Eles estão pedindo limites e necessitam urgente de um atendimento individualizado. Há claramente uma necessidade de disciplina aqui. Eles precisam obedecer os professores, que são os que sabem o que é o certo e o errado. Eles são os adultos”.

Para a professora entrevistada, as regras e o tipo de obediência a que postulam são relativos a uma dada coletividade, vivendo num determinado tempo histórico, e aos corpos sociais que nela existem. Há, assim, uma disciplina escolar. Embora cada tipo de disciplina tenha a sua especificidade, a disciplina aqui exigida pela professora concorre para um entendimento de harmonia social.

Conforme Estrela (1994, p. 15), “Toda a educação visa a inserção do indivíduo numa sociedade que se pretende ordenada e harmônica. Por isso, a disciplina social transforma-se num fim educativo de caráter mediato e a disciplina educativa assume simultaneamente o caráter de fim imediato e de meio da educação”.

Sem dúvida, o que a professora professa é uma necessidade de que a aprendizagem e a interiorização de regras prescritas socialmente se apresentam

como um fim educativo, essa aprendizagem constitui ao mesmo tempo uma condição de exercício da ação educativa e, em especial, da ação pedagógica ligada às aprendizagens institucionalmente organizadas.

3.1 ONDE ESTÃO OS LIMITES

Quando os professores falam sobre o papel da educação, sobre a necessidade de regras no processo de formação e sujeição do ser humano, não estão se referindo, certamente, a uma educação qualquer, genérica, imutável, mas sim ao processo educativo tal como se o pratica em nosso meio nos dias de hoje, transpassado pelas diferentes correntes teóricas, mesmo quando os principais atores envolvidos no processo educativo, professores e alunos, não tenham consciência da teoria que os conduz.

Assim também, mesmo que não se tenha consciência de sua existência, estão presentes em nossa consciência, níveis de entendimento sobre o que quer que venha a ser o certo e o errado. Esses níveis de consciência foram investigados por Jean Piaget, em seus estudos sobre a moralidade humana. Portanto, quando se fala em disciplina e indisciplina, também estamos nos referindo aos limites que aí foram construídos ou impostos. São explícitas as falas dos professores acerca da ausência de limites dos alunos, de um modo geral, dos jovens hoje em dia. Atribuem aos alunos indisciplinados justamente a ausência de limites. Limites esses que já deveriam vir de casa, formados no seio familiar.

A fala da professora C, monitora e educadora da FASE, assim diz: “Já relata situações de agressões além de falta de respeito aos prazos estabelecidos. Não há respeito pelo trabalho do professor nem pelos colegas”. Se há um claro entendimento da necessidade de regras para o necessário convívio social, por outro lado a fala da professora registra um preocupante entendimento sobre o papel do professor:

“O aluno deve ao professor o respeito pelo que ocorre em sala de aula, é ele que deve dizer o que é certo e o errado. As crianças já vêm de casa sem ter noção do que é o certo e coisas básicas que já deveriam ser sabidas acabam por ter que serem ensinadas pelos professores, como pedir licença, pedir desculpa, e coisas desse tipo. Eles acham que não precisam disso e que já sabem tudo, todo o conhecimento”. (Professora D).

Se o professor perdeu o monopólio do saber que fundamentava a sua autoridade e legitimava o seu carisma e se o seu discurso se transformou em função das múltiplas pressões sociais que lhe prescrevem outros papéis, na prática pedagógica quotidiana muitos professores tendem ainda a preservar o lugar central na organização do ato pedagógico que a pedagogia tradicional lhes atribuía. Nessa questão, comenta Estrela (1994, p. 17) que “Cada escola, cada sala de aula pode ver-se como um espaço histórico-pedagógico e ‘arqueológico’, em que a sedimentação de uma camada possibilita a constituição de outras que a encobrem, mas que um olhar atento pode descobrir”. Dessa forma, apesar das modificações profundas que a escola sofreu na época contemporânea, subsistem nela heranças do “magistrocentrismo” (ESTRELA, 1994, p. 17) tradicional que resistem à mudança dos tempos e das vontades.

Apesar de haver três grandes correntes teóricas no cotidiano das escolas, isso não implica a impossibilidade de outras linhas ou variações teóricas se fizerem presentes. Sobre a questão dos limites, por exemplo, encontram-se vários entendimentos de sua origem. No que importa do ponto de vista pedagógico prático, contudo, é saber que em cada conduta considerada “indisciplinar”, há um sujeito cognoscente, produtor de história e autorias. Nele impera níveis de compreensão da realidade, de conhecimentos lógico-matemáticos, espaciais, históricos, sociais e, sem dúvida, de níveis de entendimento do mundo e da vida. Assim, compreendido

isso significa também modelos de moralidade que implicarão formas distintas de entender e interpretar regras e normas.

No que tange ao aspecto do juízo moral, as contribuições piagetianas vêm de encontro às contribuições durkhenianas. Ou seja, suas críticas são justamente por sua concepção de que a sociedade é única e de que suas características permanentes assegurariam a existência e invariabilidade dos valores morais.

[...] a moral prescrita ao indivíduo pela sociedade não é homogênea, porque a mesma sociedade não é uma coisa única. A sociedade é o conjunto das relações sociais. Ora, entre estas, dois tipos extremos podem ser distinguidos: as relações de coação, das quais o próprio é impor do exterior ao indivíduo um sistema de regras de conteúdo obrigatório, e as relações de cooperação, cuja essência é fazer nascer, no próprio interior dos espíritos, a consciência de normas ideais, dominando todas as regras. (PIAGET, 1974, p. 333).

Nesse sentido, parece não fazer sentido o entendimento de alguns professores que pregam uma linha homogênea entre os alunos quanto ao aspecto de disciplinamento. O que o autor demonstra, através de seus estudos, é que estes dois tipos de relações sociais geram também, dois tipos de moral nas crianças e nos adultos: a moral da pressão e a moral da cooperação.

A indisciplina deveria ser entendida e tratada à luz dos estudos sobre moralidade piagetianos, uma vez que,

Para que uma conduta seja qualificada como disciplinada é necessário algo mais que um acordo exterior entre seu conteúdo e o das regras comumente admitidas: é necessário também que a consciência tenda à moralidade como a um bem autônomo e seja capaz de apreciar o valor das regras que se propõem. (PIAGET, 1974, p. 339).

O que muitos professores não

percebem é que a indisciplina pode ser estimulada ou retardada, de acordo com a forma de relações sociais que os adultos estabeleçam com as crianças. Assim, “os adultos reforçam a heteronomia natural das crianças quando usam recompensa e punição; eles incentivam o desenvolvimento da autonomia quando trocam pontos de vista com as crianças”. (KAMII, 1988, p. 70).

E como certeza absoluta do conhecimento como queira a autoria de alguns professores, mesmo nesses tempos de profundas transformações tecnológicas, econômicas, sociais, científicas, mesmo tratando-se de comportamento, e mesmo tratando de disciplinamentos, vale trazer parte da introdução que Nietzsche, em 1887, deu a sua ‘Genealogia da Moral’, por entender que ela nos diz muito sobre as ilusões do nosso próprio conhecimento.

Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos – e não sem motivo. Nunca nos procuramos: como poderia acontecer que um dia nos encontrássemos? Com razão alguém disse: onde estiver teu tesouro, estará também teu coração. Nosso tesouro está onde estão as colmeias do nosso conhecimento (...) também nós por vezes abrimos depois os ouvidos e perguntamos, surpresos e perplexos inteiramente, o que foi que vivemos?, e também ‘quem somos realmente?’ ... Pois continuamos necessariamente estranhos a nós mesmos, não nos compreendemos, temos que nos mal entender, a nós se aplicará para sempre a frase: ‘Cada qual é o mais distante de si mesmo’ – para nós somos ‘homens do desconhecimento’. (NIETZCHE, 2007, p. 7-8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desse artigo é extremamente pertinente. Sobre a disciplina, a indisciplina, os aspectos morais aí envolvidos formam

uma proposição sobre a qual educadores e profissionais em educação estão seguramente de acordo: nenhuma realidade moral é completamente inata. Portanto, a questão da indisciplina não pode ser vista como algo já dado pelo sujeito. Nessa questão, o que é dado pela constituição do indivíduo como tal são as disposições, a simpatia e o medo – componentes de “respeito” –, as raízes instintivas da sociabilidade da subordinação, da imitação etc., sobretudo certa capacidade indefinida de afeição, que permitirá a criança amar um ideal como amar a seus pais e tender ao bem como à sociedade de seus semelhantes.

Entretanto, como expressam muitos dos professores entrevistados, urge a necessidade de criarem-se bases para que os alunos não permaneçam anárquicos: fonte dos piores excessos, como a indisciplina.

Para que as realidades morais se constituam é necessária uma disciplina normativa, e para que essa disciplina se constitua é necessário que os professores e alunos estabeleçam relações uns com os outros. Que as normas morais sejam consideradas impostas, *a priori*, pois é nas relações interindividuais que as normas se desenvolvem: são as relações que se constituem entre o aluno e o professor que o levarão a tomar consciência do dever e a colocar acima de seu eu essa realidade normativa na qual a moral consiste. Sendo assim, os professores precisam ser ouvidos em suas manifestações sobre a realidade que os cercam, acerca do seu entendimento de disciplina e indisciplina dos alunos, mas, sobretudo orientados no sentido de uma educação moral, “educação” no sentido amplo do termo, que se sobrepõe à constituição inata do indivíduo.

Ao longo do trabalho foi possível perceber professores que buscam procedimentos de uma educação que visa formar uma personalidade livre e, em outras falas, perpassa o entendimento de uma

educação que pode gerar um indivíduo submetido ao conformismo do grupo social a que ele pertence. É o caso de uma professora F, curso Normal Superior, cujo entendimento que pensa a indisciplina como algo que possa ser resolvido considerando apenas o ponto de vista das próprias técnicas. A problemática da indisciplina é algo muito mais ampla e complexo. Se quisermos alcançar a autonomia da consciência, podemos perguntar se um ensinamento oral sobre disciplinamento, ou seja, uma “lição de moral”, por exemplo, é tão eficaz ou se uma pedagogia inteiramente “ativa” é necessária para este fim.

Classificando as condutas dos alunos como sem disciplina, apenas, corre-se o risco de cairmos num caos. Não existe alguma divisão mais simples, algum princípio que nos permita a orientação simultânea para os fins, as técnicas e os domínios? Não existe uma fórmula mágica e simples. Talvez tenhamos que partir, primeiramente, do próprio aluno e de aclarar a pedagogia moral por meio da psicologia da moral infantil. Quaisquer que sejam os fins que se proponha alcançar, quaisquer que sejam as técnicas que se decida adotar para enfrentar os “indisciplinados” e quaisquer que sejam os domínios sob os quais se aplique essas técnicas, a questão primordial é a de saber quais são as disponibilidades dos alunos. Sem uma psicologia precisa das relações dos alunos entre si e deles com os adultos, toda a discussão sobre os procedimentos para “conter, diminuir ou eliminar” a indisciplina resulta estéril.

Desta incursão pelo tema da disciplina e indisciplina ressalta-se bem a evolução do conceito de disciplina, pelo menos teoricamente, de uma disciplina inicialmente imposta para uma disciplina consentida e para a autodisciplina. Esta evolução de práticas geradoras de heteronímia para práticas geradoras da autonomia moral parece traduzir também um percurso de caráter individual. Percurso lento, todavia,

mas que a ação educativa pode estimular ou, pelo contrário, dificultar se o professor não atender aos princípios do desenvolvimento psicológico e social do aluno, não lhe facultando os meios de uma tomada de responsabilidade.

Nesta discussão, cabe ainda a reflexão sobre o papel da disciplina, do disciplinamento em nossas escolas. Qual é a fundamentação do conceito de disciplina em vigor? Que relações têm com a ética? Com a consciência moral? Quais são os valores que ela cultiva? Talvez também caiba o questionamento sobre os valores humanos e a presença desses na estrutura familiar. Uma vez que, parece lícito deduzir que dificilmente a criança poderá descobrir valores diferentes daqueles que são vigentes no ambiente que o cerca. Face as estruturas sociais complexas e desequilibradas, é-nos lícito também perguntar se a criança, se o jovem fará sempre a melhor escolha. De qualquer modo, o problema ético não se esgota em formas fáceis de um dado consenso social. A indisciplina, portanto, aparece como um ato de rebelião contra a regra de vida coletiva e contra o grupo. Nesse cenário, enfim, cabe aos educadores uma revisão de seus papéis, buscando na pedagogia de Freinet, a expressão da conquista de autonomia individual através da participação responsável na vida da coletividade. É essa participação que cabe ao professor conquistar, uma participação que fundamente a liberdade do aluno, considerando que a vida pessoal tira o seu sentido dos valores assumidos livremente, e é função da escola, dos professores, ajudar os alunos a escolherem os seus valores e agirem de acordo com eles.

Numa perspectiva piagetianas, aceitarmos que o clima de aula, de liberdade, de tolerância e aceitação mútua, é a condição para o sucesso das estratégias de personalização que o professor deve utilizar. E como condição metodológica, atividades individuais ou de grupo, envolvendo situações

reais e simuladas como a resolução de dilemas, permitindo, assim, ao aluno uma progressiva tomada de consciência dos seus valores pessoais e de uma sociedade socialmente justa.

Assim, nessa corrente de reflexões, cabe sempre a recorrência de que precisamos de uma pedagogia que esteja fundamentada na prática da liberdade e da responsabilidade, que exige da parte do professor competências técnicas, compromisso político atravessado por uma postura ética, mas uma ética do cuidado. Cuidado com todas as manifestações de vida, dos alunos, inclusive.

PIAGET, Jean. **O Julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977

KOHLBERG, Lawrence; T. Lickona, ed. (1976). **Moral stages and moralization: The cognitive-developmental approach**. Moral Development and Behavior: Theory, Research and Social Issues. Holt, NY: Rinehart and Winston.

REFERÊNCIAS

DECROLY e MONCHAMP. **A iniciação da atividade intelectual através dos jogos infantis**. Neuchâtel, 1925.

ESTRELA, Maria Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Porto: Portugal, 1994.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KAMII, Constance. Autonomia como finalidade da educação (segundo Piaget). In: KAMII, Constance; DECLARCK, Georgia. **Reinventando a aritmética**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

LENINE. **Sobre a Educação**. Lisboa: Seara Nova, 1977.

MONTESSORI, M. **Pédagogie scientifique: la découverte de l'enfant**. Paris: Desclée de Brouwer, 1958.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Centauro, 2007.

OTT, Margot Bertoluci. **Tendências ideológicas no ensino de 1º grau**. Tese de doutorado em educação, UFRGS. Porto Alegre, 1983.

